

Garimpeiros entram em conflito no oeste de Roraima; 12 morrem

Do correspondente em Boa Vista

Doze garimpeiros morreram e cerca de dez ficaram feridos em dois tiroteios ocorridos na última terça-feira nos garimpos da região de Parimã (400 km a oeste de Boa Vista, RR). A região é habitada pelos índios ianomami. As mortes aconteceram por descumprimento de um acordo de garimpeiros após terem descoberto um veio de ouro. Até ontem à tarde oito corpos estavam no Instituto Médico Legal (IML) de Boa Vista. Os feridos nos conflitos não foram encontrados. Apenas um garimpeiro procurou um hospital da capital do Estado.

Segundo Rubens Pereira e Silva, dono da pista de pouso Rainha do Ianajá, localizada perto de onde ocorreram os conflitos, na última terça-feira 30 garimpeiros foram à cantina da pista comemorar a descoberta de uma grota (barranco com veios de ouro). Os garimpeiros fizeram um acordo para a exploração. Enquanto bebiam, um grupo se dispersou e armou uma emboscada para os demais. O tiroteio durou cerca de uma hora. Oito garimpeiros morreram.

Há dois quilômetros da emboscada, na mesma noite, garimpeiros trocaram tiros por causa de mulheres. Quatro morreram e seis ficaram feridos.

O diretor do Departamento de Polícia Judiciária do Interior, Daniel Henrique de Araújo, foi ontem para a região dos conflitos, mas até agora não identificou nenhum suspeito. Ele espera poder conversar hoje com o



Editoria de Arte

garimpeiro que foi procurar o hospital em Boa Vista.

Até o início deste ano, a Polícia Militar tinha pelotões nos garimpos. Mas devido à falta de pessoal, eles voltaram à capital do Estado.

Segundo Sebastião de Souza Cunha, ex-delegado da Polícia Civil, que abandonou a profissão para dedicar-se ao garimpo, é grande o contrabando e venda de armas nos garimpos, assim como as mortes por encomenda, comércio de drogas e prostituição. Ele disse ainda que "é enorme o consumo de bebidas alcoólicas, que são proibidas na região por

ser uma área indígena.

Para o presidente regional da Ordem dos Advogados do Brasil, Hesmone Saraiva Granjeiro, sem a intervenção da polícia a tendência é aumentar a violência na região. O presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Roraima, José Peixoto, disse que está investigando as causas dos conflitos.

Os setores responsáveis pela segurança pública no Estado não têm nenhum plano para conter a violência nas regiões de exploração de ouro. Nos garimpos, há semanas em que até três pessoas são eliminadas por dia. Os

PF alega falta de estrutura

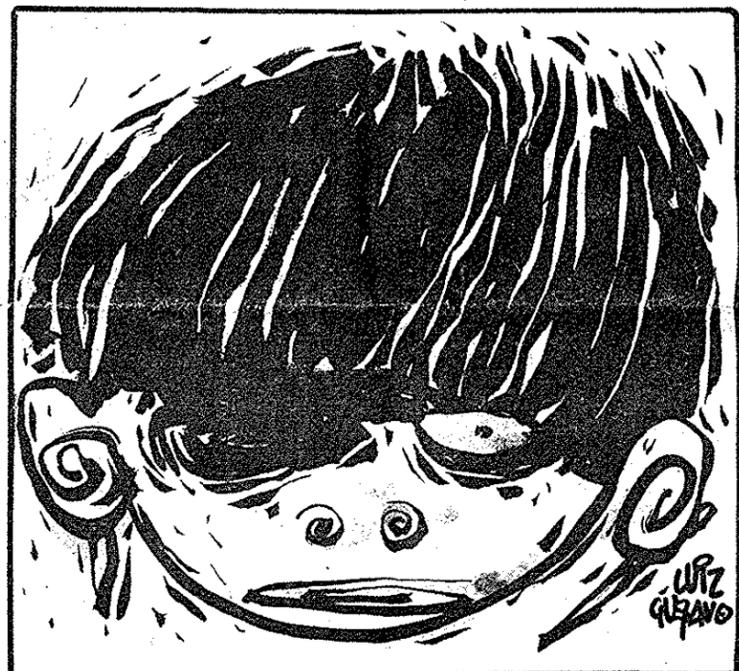
Do Redação

A Polícia Federal afirmou não ter condições materiais para executar a retirada dos garimpeiros das terras ianomami. Alega falta de policiais preparados para uma operação desse tipo, que deve ser executada na selva em um período de até 60 dias de duração.

Em ofício enviado ao juiz federal de 7ª Vara, Novelty da Silva Reis, no último dia 14, a PF acrescenta outra justificativa, a falta de recursos financeiros para não realizar a operação.

inquéritos sobre os crimes ocorridos raramente são concluídos. Os garimpeiros carregam armas abertamente. Segundo Souza Cunha, "as armas são descarregadas no corpo de alguém com a maior frieza e depois os matadores continuam bebendo e se divertindo".

Os garimpos ocupam diversas áreas espalhadas pelo território de Roraima. Grupos de defesa dos direitos indígenas calculam que exista uma centena de pistas clandestinas para pouso de pequenos aviões que servem ao transporte de garimpeiros. Muitas dessas pistas estão juntas ou próximas a aldeias indígenas.



Sarney demarca terras indígenas no Amazonas

Da enviada especial

O presidente José Sarney visitou ontem a região conhecida como "cabeça do cachorro", na fronteira Brasil-Colômbia-Peru, onde 6 mil índios tucanos dividem o mesmo espaço com os militares que atuam no 1º Batalhão Especial de Fronteira (BEP), um dos organismos executores do projeto Calha Norte. O presidente assinou decretos criando as áreas indígenas de Pari-Cachoeira 1, 2 e 3 e os parques

nacionais Pari-Cachoeira 1 e 2.

A "cabeça do cachorro" fica no município de Iauaretê, no extremo oeste do Amazonas. Há dois anos, o Exército reforçou sua atividade na área, por conta do projeto Calha Norte, que prevê a militarização de toda a fronteira Norte e Noroeste do Brasil. A relação com os tucanos é tão intensa —facilitada pelo grau de aculturação dos indígenas— que o Exército já recrutou vários deles.

Malária mata 59 índios ianomami em 10 meses

Do correspondente

De janeiro a outubro deste ano, pelo menos 59 índios ianomami morreram de malária em Roraima. Segundo o administrador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Estado, José Maria Nascimento, 214 índios estavam internados ontem na Casa do Índio, de responsabilidade do órgão, em Boa Vista.

Existem 60 áreas indígenas infectadas pela malária. Os casos mais graves foram registrados na região de Paapiú, onde os índios, além da malária, estão contaminados por oncocercosi (doença que causa cegueira por

deficiência de vitamina A), e nas reservas de Parimiú e Xiriana.

Quatro equipes da Funai, com quatro médicos e 19 atendentes de enfermagem, estão percorrendo as regiões mais críticas em um helicóptero da FAB. Ontem, as equipes estavam na região de Surucucu, no oeste de Roraima. Lá, encontraram 56 índios com sintomas da doença.

A Casa do Índio, onde os ianomami estão sendo atendidos, é um hospital improvisado. Os índios são levados até Boa Vista pelos aviões dos garimpeiros, transmissores das doenças.

As reservas do Estado abrigam cerca de 30 mil índios.

Bispo critica genocídio

Da Sucursal de Brasília

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunido em Brasília, coloca hoje em votação a proposta do bispo de Santa Cruz do Sul (RS), d. Aloisio Sinésio Pohm, de exigir que a Corte Internacional de Haia julgue o governo brasileiro de crime de genocídio contra o grupo indígena ianomami. "Isso é uma vergonha", afirmou Pohm, ao comentar notícias de que índios estão morrendo de fome e malária.

Uma delegação da Fundação Nacional do Índio (Funai) constatou que, até anteontem, 208 índios estavam internados em Boa Vista (AC).

O Conselho Indigenista Missi-

onário (Cimi) também protestou contra a situação dos ianomami, cobrando do governo a execução da liminar concedida pela Justiça Federal que determina a retirada dos cerca de 40 mil garimpeiros das terras ianomami. O Cimi divulgou uma nota, afirmando que "agora assistimos também à desmoralização da própria Justiça Federal".

A Justiça ordenou a retirada no dia 20 de outubro mas a ação não foi executada. A Funai e a Polícia Federal alegam não ter dinheiro nem infra-estrutura para realizar a operação.

A Funai quer que a Igreja ajude a socorrer os ianomami. "Fomos expulsos, presos e agora pedem ajuda para dividir o ônus da morte", disse o vice-presidente da CNBB, d. Paulo Ponte.